

CONJUNTURA DE FRONTEIRA E VOTO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022: UMA ANÁLISE DO EFEITO CONTEXTUAL DO ESPAÇO

Border Situation and Voting in the 2022 Presidential Elections: An Analysis of the Contextual Effect of Space

Gustavo Sousa Resende

Mestrando em Geografia na Universidade de Brasília, Brasil

guga10230@gmail.com

Daniel Abreu de Azevedo

Professor permanente do Programa de Pós Graduação em Geografia da

Universidade de Brasília (PPGEA-UnB), Brasil

daniel.azevedo@unb.br

Recebido: 11/07/2025

Aceito: 17/11/2025

Resumo

As eleições no Brasil revelam profundas desigualdades territoriais. A cada ciclo, mapas e gráficos evidenciam que o voto é atravessado por vivências locais e contextos geográficos. As regiões de fronteira destacam-se como territórios em que temas como segurança, migração e relações internacionais influenciam o comportamento eleitoral. Este artigo investiga como a localização em zonas de fronteira pode impactar o voto, com base nas eleições de 2022, marcadas pela polarização entre Lula e Bolsonaro. Inserido na Geografia Eleitoral, o estudo analisa 239 municípios fronteiriços – 122 no Brasil e seus vizinhos – com modelos de regressão e com base empírica robusta. Ao tratar o território como agente ativo, busca-se ampliar os horizontes da Geografia Eleitoral, refletindo sobre o papel do espaço na formação das escolhas políticas em áreas pouco exploradas pelas análises tradicionais.

Palavras-chave: Efeito fronteira, voto, eleição, fronteira, Geografia eleitoral.

Abstract

Elections in Brazil reveal deep territorial inequalities. In each cycle, maps and charts show that local experiences and geographic contexts shape voting. Border regions stand out as territories where issues such as security, migration, and international relations directly influence electoral behaviour. This article investigates how geographic space affects voting in border areas, focusing on the 2022 presidential elections, which were marked by strong polarisation between Lula and Bolsonaro. Situated within Electoral Geography, the study analyses 239 border municipalities—122 in Brazil and their neighbouring counterparts—using regression models and robust empirical data. By treating territory as an active agent, the article seeks to broaden the scope of Electoral Geography, reflecting on the role of space in shaping political choices in areas often overlooked by traditional analyses.

Keywords: Border effect, vote, election, border, electoral Geography.

1. INTRODUÇÃO

De dois em dois anos, o Brasil realiza eleições para a escolha de seus representantes políticos. Como resultado, nos deparamos com uma profusão de mapas coloridos que, de algum modo, ilustram a espacialidade do voto. As eleições, nesse sentido, constituem um campo riquíssimo para a compreensão da dinâmica da democracia brasileira, e a Geografia não está à margem desse processo. O subcampo da Geografia Eleitoral, inserido no arcabouço teórico da Geografia Política, busca entender como o espaço influencia o comportamento eleitoral, oferecendo ferramentas para a análise crítica e o fortalecimento do sistema democrático.

Um dos caminhos possíveis para essa compreensão é o estudo do efeito contextual do espaço, que parte do pressuposto de que o local onde os eleitores vivem influencia significativamente suas preferências políticas. Grandes centros urbanos, cidades interioranas, áreas mais ou menos conectadas, regiões densamente povoadas ou isoladas – todos esses elementos espaciais podem contribuir para moldar o comportamento eleitoral (Siegfried, 1913; Key, 1949; Cox, 1973; Azevedo, 2023a). Nesse cenário, destaca-se o conjunto dos 122 municípios fronteiriços do Brasil e seus vizinhos contíguos, totalizando 239 municípios, cujas condições geográficas específicas influenciam aspectos da vida local (Machado, 1998), inclusive, talvez, o voto. Como afirmam Machado (1998), Souza (2000) e Souza e Gemelli (2011), as fronteiras não são apenas limites administrativos: elas constroem relações sociais, econômicas e culturais particulares, criando um contexto próprio que pode repercutir diretamente nas escolhas eleitorais dos habitantes dessas regiões. Esse é o princípio do efeito contextual geográfico, em que o espaço é considerado não como palco neutro, mas como elemento ativo na explicação do voto (Azevedo, 2023a).

Ao mesmo tempo, o cenário político brasileiro recente tem sido marcado por uma crescente polarização eleitoral, especialmente entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro, que dominaram o debate público nas eleições presidenciais de 2018 e 2022 (Bello, 2023). Ainda que o Brasil adote, na maioria dos cargos legislativos, um sistema proporcional multipartidário, a disputa presidencial se consolidou em torno de dois polos com agendas políticas e simbólicas bastante distintas. A literatura aponta que essa polarização se intensificou a partir das Jornadas de Junho de 2013, dando início a um ciclo de radicalização e segmentação ideológica (Fuks e Marques, 2022; Nagy e Thal, 2022; Azevedo *et al.*, 2025).

Essa polarização envolve visões contrastantes sobre temas como segurança, políticas sociais, meio ambiente, migração e relações internacionais – temas que ganham contornos ainda mais específicos quando relacionados as fronteiras nacionais. De um lado, Jair Bolsonaro é associado à chamada “bancada BBB” (boi, bíblia e bala), a um discurso nacionalista conservador, sendo crítico ao Mercosul e à integração regional (Mendes; De Menezes, 2019; Santin, 2023; Moreira, 2020; Oliveira, 2024; Sawicka, 2024). De outro lado, Lula da Silva é identificado com pautas assistencialistas, ambientais e voltadas aos direitos humanos (Vitte, 2018; Ruckert; Carneiro, 2018; Carneiro; Bruhn, 2018; Carneiro; Ribeiro; Morais, 2018). Independentemente da aderência dessas plataformas à realidade das políticas públicas, o que importa aqui é a percepção que o eleitor tem dessas agendas, especialmente em territórios onde essas pautas têm incidência direta, como as regiões fronteiriças.

Partindo desse contexto, a hipótese central deste artigo é que a polarização política no pleito de 2022 teve efeitos eleitorais distintos nas regiões de fronteira, dada a maneira como questões como segurança, migração e relações externas se manifestam no cotidiano dessas populações. Assim, a relação entre a localização fronteiriça e os contextos políticos revelaria o que chamaremos de uma conjuntura de fronteira, isto é, uma dialética entre o processo eleitoral e o território onde ele se realiza. Este trabalho busca preencher uma lacuna nas produções da Geografia brasileira. Embora a Geografia Eleitoral ofereça enorme potencial para analisar o território e a democracia, esse subcampo ainda é pouco explorado por geógrafos (Azevedo, 2023a). Além disso, quando presente, limita-se a uma leitura composicional do espaço – isto é, vê o espaço como mero cenário, e não como elemento ativo na formação das escolhas políticas.

O artigo está dividido em quatro seções: na primeira, apresentamos os materiais e métodos, destacando o modelo de regressão utilizado; na segunda, discutimos os conceitos centrais, como espaço, limite, fronteira e região de fronteira; a terceira seção analisa a polarização política recente entre Lula e Bolsonaro; por fim, a quarta seção interpreta os resultados à luz da teoria, verificando se há, de fato, um efeito fronteira nas eleições brasileiras.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Além de uma revisão bibliográfica para a compreensão da base teórico-conceitual deste artigo, os municípios foram categorizados em dois grupos, seguindo a análise

produzida por Adkisson e Peach (1999) e Adkisson e Saucedo (2011): os 122 municípios do Limite 1 são aqueles que tocam diretamente os limites internacionais, já os 117 do Limite 2 são os vizinhos diretos das cidades do Limite 1.

As variáveis utilizadas nessas obras estrangeiras foram reavaliadas, a fim de adaptá-las para o Brasil. Como exemplo, a variável de percentagem de latinos utilizada por Adkisson e Peach (1999) e Adkisson e Saucedo (2011) foi substituída pela variável que indica a percentagem de indígenas residentes no município (PCTINDxx). As variáveis selecionadas e a fonte dos dados utilizados neste trabalho podem ser vistas no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Nomenclatura, descrição e fonte das variáveis utilizadas no artigo.

Variáveis	Descrição da Variável	Fonte
DEMMARGxx	Porcentagem de votos que o Lula da Silva recebeu menos a porcentagem de votos que o Jair Bolsonaro recebeu no município, nas eleições de 2022.	1
Limite 1	Variável fictícia, 1 se o município for adjacente a fronteira, 0 se não for.	6
Limite 2	Variável fictícia, 1 se o município for adjacente ao LIMITE 1, 0 se não for.	6
ECONLOCxx	PIB <i>per capita</i> do município no ano xx.	2
DESEMPxx	Taxa de desemprego do município no ano xx.	7
CRIMExx	Taxa de crimes violentos do município no ano xx, por 100.000 habitantes.	3
65MAISxx	Porcentagem de residentes do município com 65 anos ou mais.	5
PCTINDcens	Porcentagem de indivíduos que se autodeclararam indígenas, pelo censo de 2022.	4
PCTNEGcens	Porcentagem de indivíduos que se autodeclararam negros (ou pretos), pelo censo de 2022.	4
DENS22	Densidade demográfica do município no ano xx	7

Fonte:

1. <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?>
2. Site do IBGE, seção do PIB dos municípios até 2021: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=downloads&c=1100015>
3. Atlas da violência de 2021: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>
4. Taxa de pessoas que se autodeclararam negras ou indígenas por município, site do IBGE: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9605#resultado>
5. Censo demográfico IBGE: demografico-2022.html?edicao=38166&t=resultados demografico-2022.html?edicao=38166&t=resultados
6. Análise de mapa feito pelos autores.
7. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil>

3. A DINÂMICA FRONTEIRIÇA

Embora a diferenciação conceitual entre limite e fronteira já tenha sido amplamente discutida na literatura especializada (Gottman, 1975; Machado, 1998; Souza, 2000; Castro, 2005; Souza; Gemelli, 2011), revisitar essa distinção continua sendo pertinente para

construir uma ponte teórica entre as dinâmicas espaciais da fronteira e os processos eleitorais nelas inseridos. Como elucidado por Machado (1998):

A palavra limite, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, onde a soberania corresponde a um processo absoluto de territorialização (Machado, 1998, p. 42).

Se o limite remete à fixidez do território e à ideia de um contorno político-administrativo estável, a fronteira expressa, por sua vez, uma dimensão relacional, fluida e potencialmente conflituosa. Trata-se de um espaço de contato entre dois poderes políticos distintos — um espaço que não apenas separa, mas que também conecta e comunica. Como aponta Newman (2006), a fronteira é a margem onde o “nós” entra em contato com o “outro”, configurando-se como uma espacialidade ambígua: ao mesmo tempo centrífuga, relacional, permeável, e fonte de tensões e disputas.

Nesse sentido, a fronteira não é apenas uma linha divisória, mas uma zona que expressa relações de poder, circulação e diferenciação. Essa concepção remete à sua historicidade: fronteiras mudam, deslocam-se, ganham novos significados conforme o tempo, os regimes políticos e os arranjos econômicos. A relação entre limite e fronteira é um exemplo evidente de que o espaço é, ao mesmo tempo, absoluto, relativo e relacional (Harvey, 2015), isto é, o limite, o marco material da divisão de dois ou mais poderes políticos institucionalizados, condiciona as relações sociais e psíquicas dos indivíduos que estão direta e indiretamente ali localizados. Nesse sentido, ao indicar a influência do espaço no voto, entende-se o espaço como forma-conteúdo (Santos, 2002), uma localização construída socialmente (Gomes, 1997).

Nas últimas décadas, a fronteira voltou a ocupar um lugar central nas disputas políticas e identitárias, resultado da reconfiguração das relações internacionais e dos próprios papéis do Estado-Nação. Foucher (2023) propõe uma leitura instigante da fronteira contemporânea a partir de três atitudes coexistentes: a rejeição, o apego e a obsessão. A rejeição expressa o discurso globalizante que busca a livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais, tratando as fronteiras como obstáculos ao progresso e à liberdade. A fronteira, nesse contexto, seria um resquício de um mundo ultrapassado, resistente à modernidade da mobilidade:

O último obstáculo a derrubar, pois ela contraria a utopia de um mundo globalizante voltada a submeter ao princípio do direito generalizado de livre circulação dos indivíduos: o controle é apresentado como atentatório à liberdade, uma regressão frente à modernidade encarnada pela mobilidade (Foucher, 2023, p. 68).

Por outro lado, o apego reflete a reação estatal diante da perda de centralidade provocada pela globalização. A fronteira reaparece como marca da soberania e como instrumento de regulação e vigilância, um ponto de reafirmação da autoridade do Estado e da sua territorialidade: “a fronteira é o lugar do exercício de funções soberanas permanentes. Abolir as fronteiras seria negar os Estados” (Foucher, 2023, p. 70).

A obsessão, por sua vez, representa a radicalização dessa postura de apego, em que o controle da fronteira passa a se ancorar no medo, no discurso securitário e na construção simbólica de inimigos externos. Exemplo emblemático é o discurso de Donald Trump em torno da fronteira EUA-México, onde o “outro” é construído como ameaça à ordem nacional. O resultado, como já analisado por vários autores (Sparke, 2006; O’Dowd, 2010; Hassner; Wittenberg, 2015; Rosière, 2015), é a multiplicação de muros e barreiras em um mundo que, paradoxalmente, também se pretendia mais integrado.

A expansão de fronteiras vigiadas revela, portanto, que a ideia de um Estado-nação em declínio não se confirmou plenamente. Mesmo em um mundo globalizado, o Estado segue sendo ator central na regulação do território, e as fronteiras — longe de desaparecer — tornam-se palco de disputas simbólicas, políticas e securitárias. Paasi (2005, p. 665) resume essa tensão ao afirmar que “os limites são fenômenos essenciais para a organização socioespacial do mundo contemporâneo¹”.

Se no plano global ainda existem disputas por limites (como nos Bálcãs, no Sahel africano ou no leste asiático), na América Latina — e especialmente no Brasil — os conflitos não dizem respeito, majoritariamente à delimitação, mas sim à gestão das relações transfronteiriças. Exceções, como a disputa entre Venezuela e Guiana pela região de Essequibo (Silva, 2024) ou da Argentina e Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas/Falklands (Maia, 2019), mostram que os litígios territoriais ainda existem, mas que, no geral, a ênfase regional tem recaído sobre a complexidade das interações sociais, econômicas e políticas ao longo das linhas de fronteira estabelecidas.

Essa compreensão mais relacional e funcional da fronteira tem implicações importantes para a análise eleitoral. Espaços fronteiriços possuem uma densidade social e simbólica distinta do restante do território nacional: abrigam fluxos e circuitos econômicos transnacionais (legais e ilegais), identidades culturais híbridas, comunidades pluriétnicas e políticas de segurança reforçadas. Tais características moldam as expectativas dos eleitores, as promessas dos candidatos e os repertórios discursivos mobilizados em

¹ borders are mainly concrete phenomena that are crucial for the socio-spatial organization of the contemporary world.

campanhas eleitorais. Nesse sentido, o efeito contextual do voto busca entender como a experiência vivida na fronteira — com seus conflitos, interações e vigilância — se inscreve no discurso político e nas decisões eleitorais. Por conseguinte, o entendimento do limite e fronteira a luz do espaço tripartite de Harvey (2015), demonstra como esses locais limítrofes são produtores e produtos de espacialidades específicas que influenciam diferentes escopos da vida social da população fronteiriça, inclusive o voto.

O próprio Estado brasileiro reconhece a especificidade da região de fronteira. A Constituição Federal de 1988 define uma faixa de 150 km de largura ao longo das fronteiras terrestres como “faixa de fronteira”, uma zona considerada essencial à segurança nacional. Essa definição não é meramente cartográfica, mas marca uma territorialização diferenciada, expressa também em políticas públicas e legislações específicas. Exemplo notável foi o projeto de regionalização das fronteiras realizado em 2005, em parceria com o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e órgãos governamentais, com o intuito de aprimorar a presença estatal e o desenvolvimento local nessas regiões. O projeto dividiu a fronteira brasileira em três grandes arcos — Norte, Central e Sul — cada qual com dinâmicas sociais, econômicas e fronteiriças específicas (Figura 1).

O Arco Norte é composto pelos estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre, também chamado de “Arco indígena” devido à maior presença de povos indígenas do país. Ademais, o eixo estruturante da economia é o rio Amazonas, uma região com o desenvolvimento da mineração, silvicultura, pecuária e extração de madeira. Por conseguinte, se caracteriza como um Arco fronteiriço tenso devido a conflitos por terra, tráfico de cocaína e presença de guerrilheiros de outros países. Além disso, o caráter transfronteiriço de algumas etnias indígenas torna essas fronteiras fluidas, porém bastante vigiadas.

Já o Arco Central (Rondônia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) se caracteriza por ser uma faixa de transição entre a Amazônia e o Arco Sul. Neste Arco se nota a convivência entre quatro modelos geoeconômicos distintos: o primeiro é formado por “Pequenos e grandes produtores rurais vivem em simbiose, os pequenos com produção agrícola de baixo valor, porém alta diversificação (em terra própria ou de terceiros), e os grandes produtores ocupando grandes trechos de terra com gado de corte” (Brasil, 2005, p. 57). Já o segundo se concentra nas grandes fazendas de pecuária extensiva (“pantaneiro”). O terceiro seria a soja produzida a partir de alta tecnologia, enquanto o quarto modelo seria a

indústria comercial. Logo, em relação às relações fronteiriças, nota-se o desenvolvimento de uma economia urbana ilegal centrada no contrabando e no tráfico de maconha sativa.



Figura 1 - Mapa ilustrando a divisão regional da faixa de fronteira brasileira em três grandes arcos. **Fonte:** Site do Laboratório de ensino, pesquisa e extensão “Fronteiras, Estado e relações sociais” (LAFRONT): <https://www.gpfroteras.com/mapas>.
Autor: Carneiro Filho, 2022.

No Arco Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a fronteira é mais integrada e permeável, impulsionada pela lógica de integração do Mercosul. A região se caracteriza por uma economia agroindustrial diversificada e forte presença de pequenas e médias propriedades, ligadas por malha ferroviária densa e marcada por influência cultural europeia. Nessa zona, predominam relações transfronteiriças mais intensas, institucionalizadas e positivas.

Além disso, outra característica que deve ser levada em consideração para municípios de fronteira (principalmente os do Rio Grande do Sul) é que há uma porosidade, isto é, existe um processo de transfronteirização (Guibert; Ligrone, 2008). Esse processo, que ocorre quando há a valorização da porosidade, é bem visto em cidades do Sul do Brasil, principalmente na fronteira com o Uruguai, com os *doble chapas* (dupla nacionalidade), que podem tanto trabalhar ou estudar no Brasil ou na república celeste, o que influencia na taxa do desemprego (Carneiro; Ribeiro; Moraes, 2024). Este projeto de transfronteirização foi tão avaliado que fez parte do Programa de Desenvolvimento de Faixa de Fronteira (2005)², com o objetivo de servir de exemplo e ser aplicado ao resto do país.

Essa diferenciação regional pode ter implicações para a política e o comportamento eleitoral. A experiência vivida da fronteira — como espaço de conflito ou cooperação, de vigilância ou integração — pode influenciar as preferências dos eleitores, tanto na escolha de candidatos quanto na recepção a discursos sobre segurança, nacionalismo, desenvolvimento regional ou integração transnacional.

Se levamos em consideração o efeito vizinhança, como diz Zolnerkevic:

Ocorre quando as interações sociais dentro do lugar onde a pessoas vivem, principalmente a conversação, trazem informações que podem reforçar as predisposições políticas dos eleitores, quando estão em consonância com a maioria, ou contradizê-las, trazendo argumentos para que os mesmos modifiquem suas posições políticas, principalmente quando há uma pressão social considerável para isso (Zolnerkevic, 2019, p. 110).

Pode-se compreender que o contexto, ou seja, a rede onde as informações políticas circulariam, seria o cotidiano, mediando e balizando decisões políticas das pessoas (Cox, 1969). Ademais, explorando o efeito vizinhança em um contexto de espacialidade de fronteira, nota-se que um contexto extremamente diferenciado e específico se faz presente nesses espaços podendo, em muitos dos casos, reforçar opiniões políticas pré-concebidas dos residentes dessas municipalidades que estão, corriqueiramente, em contato com o “outro”, com o “diferente”, levando a uma polarização frente ao fortalecimento de escolhas eleitorais já amadurecidas.

No caso das eleições de 2022, a literatura aponta o alto nível de polarização, o que é possível notar também nos temas que se relacionam às dinâmicas fronteiriças. Autores

² A faixa de fronteira Brasil Uruguai possui uma integração bem-sucedida comparando com outros limites do Estado brasileiro, que os *doble chapas* podem residir, estudar (seja no ensino público ou privado), trabalhar e usar o sistema de saúde na faixa de 20 km de cada lado, além de ser uma zona fronteiriça que apresenta legislação própria. Todas essas características a levaram a servir de modelo para a integração planejada de outras fronteiras brasileiras.

como Vitte (2018), Ruckert e Carneiro (2018), Carneiro e Bruhn (2018) e Carneiro, Ribeiro e Moraes (2018), revelam como o então candidato Luís Inácio Lula da Silva seria a favor da integração das fronteiras da América do Sul, tanto que em seu período de governo (2002-2010), o Brasil teve um papel de protagonista dentro de entidades regionais como o Mercosul e o Unasul, incentivando processos de transfronteirização. Já o seu opositor nas eleições de 2022, Jair Messias Bolsonaro é reconhecidamente um candidato voltado ao discurso de maior controle dos limites, isolamento do Brasil perante a América do Sul e segurança, como visto em Mendes e De Menezes (2019), Santin (2023), Moreira (2020), Oliveira (2024) e Sawicka (2024).

Nesse sentido, o chamado "efeito fronteira" não deve ser compreendido como uma relação causal direta e determinista entre a condição de estar na fronteira (causa) e o comportamento eleitoral (efeito). Tal perspectiva já foi superada pela Geografia Eleitoral contemporânea. O modo como a vida na fronteira se traduz em posicionamentos políticos e decisões de voto depende de uma articulação entre o contexto histórico das eleições e as pautas políticas em disputa — ou seja, de uma verdadeira conjuntura de fronteira, marcada pela dialética entre o processo eleitoral e o território onde ele se inscreve. Considerando que todo fenômeno se territorializa de maneira distinta conforme o lugar, a fronteira — enquanto espacialidade específica — pode tanto ser moldada pela conjuntura política quanto influenciá-la de formas diversas, sobretudo em momentos de forte polarização.

4. A POLARIZAÇÃO POLÍTICA E PAUTAS SENSÍVEIS À FRONTEIRA

A polarização política vivenciada no Brasil abrangeu temas como economia, cultura, sociedade e segurança, afetando o território de forma desigual — com maior intensidade, talvez, em áreas de fronteira, cuja sensibilidade a alguns desses temas tende a ser mais acentuada. Em seus mandatos (2003–2006 e 2007–2010), Lula da Silva (PT) passou a considerar as fronteiras como espacialidades estratégicas para a criação, consolidação e fortalecimento da cooperação regional, adotando “uma política externa direcionada ao multilateralismo, visando posicionar o Brasil de forma mais relevante no cenário internacional” (Oliveira, 2024, p. 37). Assim, o candidato petista priorizou a integração sul-americana, visando a fortificação das alianças regionais e a diminuição das influências estadunidenses sobre a segurança e gestão dos limites dos países da América do Sul com a iniciativa da Unasul (Ruckert, 2018; Vitte, 2018; Casarões; Farias, 2022; Carneiro, 2024;

Sawicka, 2024), alimentando uma conjuntura de fronteira pautada na amizade, cooperação, multilateralismo e crescimento das relações regionais.

Quanto a seu oponente Jair Bolsonaro (2019 a 2022), observou-se que a política externa brasileira estava mais atrelada a pautas pragmáticas e conservadoras, com adoção de valores norteadores como liberdade, democracia, soberania, tradição, cristianismo, família e verdade (Oliveira, 2024) e com claros objetivos de desvincular o país de iniciativas criadas pelos antecessores, como a substituição do Unasul (apontado como uma organização “esquerdizada³”) pelo Prosul e a multilateralidade e integração regional dando lugar ao pragmatismo bilateral das relações, além da adoção das pautas securitárias vindas dos Estados Unidos. Neste processo, constrói-se, com Bolsonaro, uma conjuntura de fronteira pautada no isolacionismo e fortalecimento das forças internas de segurança do Estado Brasileiro com objetivo de maior controle desses espaços, como o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (VIGIA), em 2019, e as operações Ágata, Alcyon e Hórus (Oliveira, 2024; Sawicka, 2024), baseado em um discurso mais relacionado à segurança e ao afastamento do “outro”.

O Brasil se caracteriza como um sistema eleitoral proporcional multipartidário (Nicolau, 2018), com uma redemocratização recente e que tende a não polarização política ou uma polarização a níveis baixos (Bello, 2023). Porém, não é o que se observou na última década, com processos de polarização que se fortaleceram e se tornaram objetos de estudo por parte da academia, como visto em Bello (2023), Fuks e Marques (2022), Machado e Miskolci (2019), Nagy e Thal (2022) e Azevedo *et al.* (2025). Por conseguinte, cada autor discute um aspecto da polarização, seja ele partidária, afetiva, ideológica ou personalista, mas todos entram em consenso de que o fenômeno da polarização política em território brasileiro tem se acentuado ao longo dos últimos anos.

A polarização política recente pode ser observada na intensificação da territorialização do voto nos últimos pleitos. Como já demonstraram Terron e Soares (2008) a partir das eleições de 2006, houve uma transformação significativa no padrão geográfico do voto entre a primeira e a segunda eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Nos mapas apresentados a seguir (Figura 2), é possível perceber que, em 2002, a votação do candidato do PT não apresentava um padrão espacial claramente definido. Esse quadro, no entanto, se altera já em 2006 e, conforme indicam outras pesquisas (Nagy; Thal, 2022), a tendência de polarização geográfica se aprofunda nas eleições subsequentes. Em 2024, observa-se

³ <https://oglobo.globo.com/mundo/governo-bolsonaro-enterra-unasul-criada-por-lula-adere-novo-organismo-regional>. Acessado em: 04 jul. 2025.

que essa dinâmica, anteriormente concentrada nas eleições presidenciais, parece ter se expandido para outras escalas, como a municipal (Azevedo; Terron, 2025).

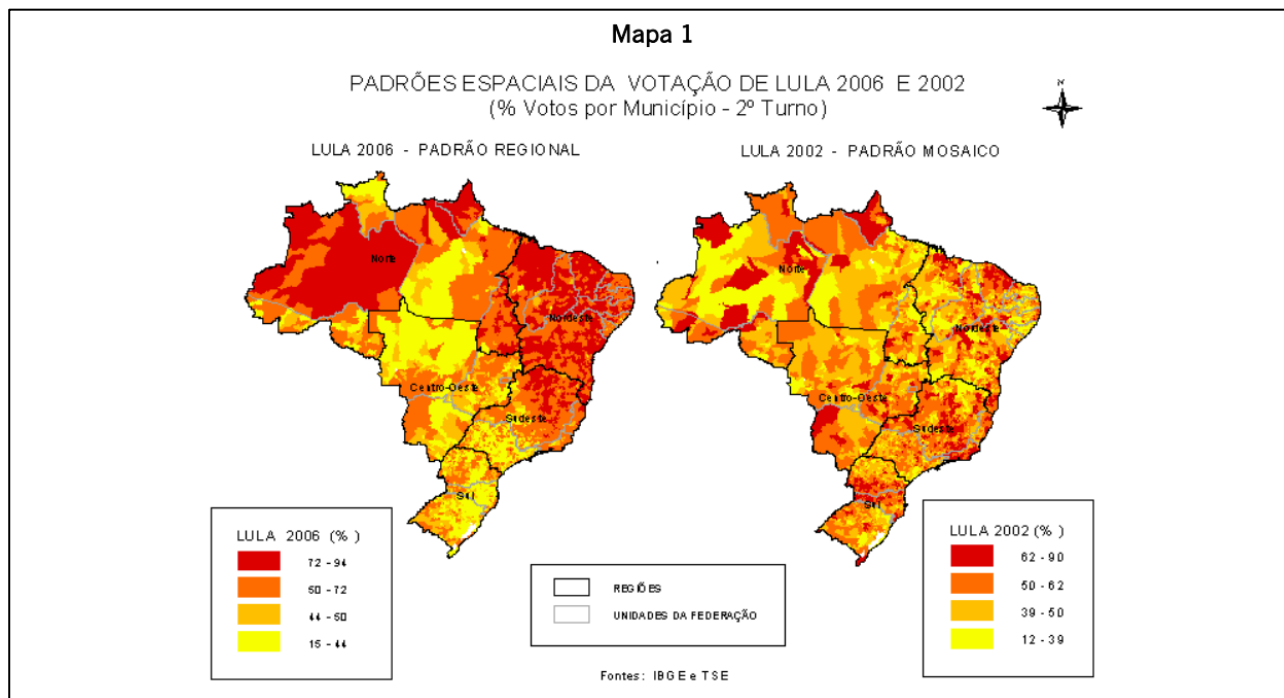


Figura 2 - Padrão espacial do voto em Lula em 2002 e 2006.

Fonte: Terron e Soares (p.276, 2008).

Essa polarização pode ser percebida em posicionamentos muito marcados e diametralmente opostos em relação a diferentes temas, como a relação com seus vizinhos, em defesa ou de integração ou de isolamento do Mercosul e da política externa venezuelana. Em relação às organizações supranacionais, vê-se que o candidato petista prioriza a integração por meio do Mercosul e as relações multilaterais, tanto que foi um dos protagonistas do momento de maior prestígio do bloco (Ruckert, 2018; Vitte, 2018; Carneiro, 2024).

Jair Bolsonaro, com uma política externa mais pragmática, caucada na bilateralidade, relações econômicas e fortalecimento da direita latino-americana, dividiu seus vizinhos em amigos (aqueles governos alinhados à direita como a Colômbia e Chile) e inimigos (governos alinhados com a esquerda, como a Venezuela) (Sawicka, 2024). Ao longo do governo Bolsonaro (2018-2022), a reconstrução foi sintetizada no que foi cunhado por Ernesto Araújo como a “nova política externa”, na qual o principal objetivo do governo Bolsonaro era a dissociação do país das coalizões, programas e organismos internacionais considerados iniciativas do PT de esquerda (Casarões; Farias, 2022; Sawicka, 2024). Esse debate toca diretamente na fronteira norte do Brasil com a Venezuela, já que, já que os dois

candidatos possuem posicionamentos bem diferentes em relação a integração e com quem se integrar.

Essa defesa diametralmente oposta pode ter efeitos distintos na área de fronteira, região mais sensível a essas pautas. No caso de Roraima e Acre, locais que passaram por índices elevados de ondas migratórias recentes (venezuelanos e haitianos, respectivamente), além da forte presença de uma economia informal relacionada ao tráfico de drogas, podem levar os eleitores desses estados, com segurança pública fragilizada, a escolherem um candidato com pautas mais isolacionistas e que prega maior controle de limites estatais, como Jair Bolsonaro. Já no caso do Arco Sul, com Uruguai e Argentina, locais onde projetos de transfronteirização foram bem-sucedidos (Ruckert, 2018; Vitte, 2018; Carneiro, 2024) e as relações fronteiriças desenvolvidas positivas, podem levar esses cidadãos a escolherem um candidato a presidência que apoie a integração e boa convivência com os vizinhos, pautas essas representadas por Lula da Silva.

Nesse sentido, um tema sensível para as regiões fronteiriças é o debate sobre segurança, como o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (2005). Esta política, confeccionada durante o primeiro mandato de Lula da Silva, mostra que, para além da fronteira ser alvo de controle e segurança, deve-se levar em conta as suas especificidades sócio-histórico geográficas, que levem em consideração a realidade das comunidades ali presentes (importante lembrar que esse programa foi o primeiro a olhar a fronteira para além de uma zona de prioridade securitária), desenvolvendo e fortalecendo geografias da hospitalidade⁴ (Mendiola, 2025). Já Jair Bolsonaro, durante seu mandato, retornou com a visão securitária que predominou a maioria dos governos brasileiros, com visão isolacionista e um recrudescimento de um controle mais autoritário dos limites, percebeu-se o renascimento e fortalecimento de operações voltadas para a confecção de marcas⁵, como operação Ágata que, visou fortalecer a segurança de 17 mil quilômetros de fronteira, em específico, com a Venezuela (Santos, 2017; Santin, 2023; Júnior, Silva, Santos, 2023).

É importante destacar que, no governo Lula e de sua sucessora Dilma Rousseff, também houve defesas de projetos relacionados à securitização de fronteiras como a segunda PDN (Plano de Defesa Nacional), a END (Estratégia Nacional de Defesa), Programas Calha Norte, o PEF (Plano Estratégico de Fronteiras), a Estratégia Nacional de

⁴ Conjunto de objetos geográficos que constroem espaços preparados para a recepção, adeptos a porosidade, criando uma “hospitalidade” para o estrangeiro se sentir bem vindo.

⁵ A marca é uma forma de barreira caracterizada pela “[...] vontade política de não unir os territórios adjacentes” (Rosière, 2015), criando zonas tampão, afim de impedir ou controlar fluxos.

Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron) e o Sisfron (Scherma, 2016). Porém, mais do que a efetividade das propostas em termos de políticas públicas, o que está em jogo é a forma como os eleitores percebem essas agendas — sobretudo em áreas onde tais temas se manifestam de maneira concreta. Pesquisas apontam que os eleitores associam mais Jair Bolsonaro à pauta de segurança que seu adversário⁶.

Nesse sentido, é possível investigar se houve, nas eleições analisadas, efeitos associados à condição fronteiriça. Isso porque a vida nas fronteiras, enquanto expressão de uma espacialidade singular, pode ser impactada pela conjuntura política nacional. A chamada conjuntura de fronteira refere-se justamente à articulação dialética entre o território limítrofe — com suas dinâmicas locais, políticas públicas específicas e experiências de integração ou exclusão — e o contexto histórico das eleições e das pautas em disputa. Nessa perspectiva, o comportamento eleitoral nas municipalidades fronteiriças tende a refletir não uma causalidade direta, mas uma resposta situada às condições políticas do momento, levando os eleitores a optarem por candidaturas que melhor expressem os interesses e expectativas próprios dessa vivência fronteiriça.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES: A DINÂMICA FRONTEIRIÇA BRASILEIRA E O PANORAMA DO VOTO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022

Interessantes resultados podem ser vistos a partir da confecção e do mapeamento do voto para presidente com recorte no 2º turno eleitoral em escala municipal. Seguir a regionalização proposta pelo grupo Retis em três arcos se fez útil para um olhar mais detalhado sobre os limites, as fronteiras e os (possíveis) efeitos fronteiras presentes em cada arco. O estudo da conjuntura de fronteira apresentada na caracterização dos três arcos presentes no Programa de Desenvolvimento de Faixa de Fronteira (2005), possibilitou o levantamento de hipóteses sobre possíveis efeitos fronteiras que se desencadearam nos 237 municípios estudados neste trabalho, levando a reflexão sobre o cotidiano fronteiriço vivido por essas populações e suas escolhas eleitorais para presidente no segundo turno das eleições de 2022.

Além do mais, a espacialização do voto observada nas figuras 3, 4 e 5, ajudam a observar se existem diferenças ou não no padrão do voto nos municípios de faixa de fronteira, como, por exemplo, os estados do Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que apresentam uma homogeneidade eleitoral; ao contrário de Pará e Rio

⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45714612>; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/mais-seguranca-e-menos-privilegios-para-minorias-eleitores-de-bolsonaro-dizem-por-que-votam-nele.shtml>.

Grande do Sul, onde os municípios de fronteira apresentaram uma preferência por Lula da Silva, ao contrário do interior dos estados.

No Arco Norte (Figura 3), nota-se que os locais onde as fronteiras são mais movimentadas, com a entrada de imigrantes e até crises recentes, como Roraima e Venezuela (Silva, 2024), além dos haitianos e o Acre (Navia; Hamid; Munem, 2019; Veras, 2016), tornaram-se redutos de eleitores do candidato Jair Bolsonaro, possivelmente aliados a um discurso mais anti-MERCOSUL, corroborando a hipótese 2.

Como Ruckert e Carneiro (2018) abordam, há apenas um projeto de transfronteirização da região, porém ainda em estágio embrionário, que seria a melhoria da infraestrutura rodoviária da região do escudo das Guianas que se conecta com a Floresta Amazônica a partir de três precárias rodovias (BR-156, BR-174, BR-401). Porém, o baixo investimento dos Estados demonstra seu distanciamento político, além de um volume comercial baixo que torna a região desinteressante para maiores projetos de integração.

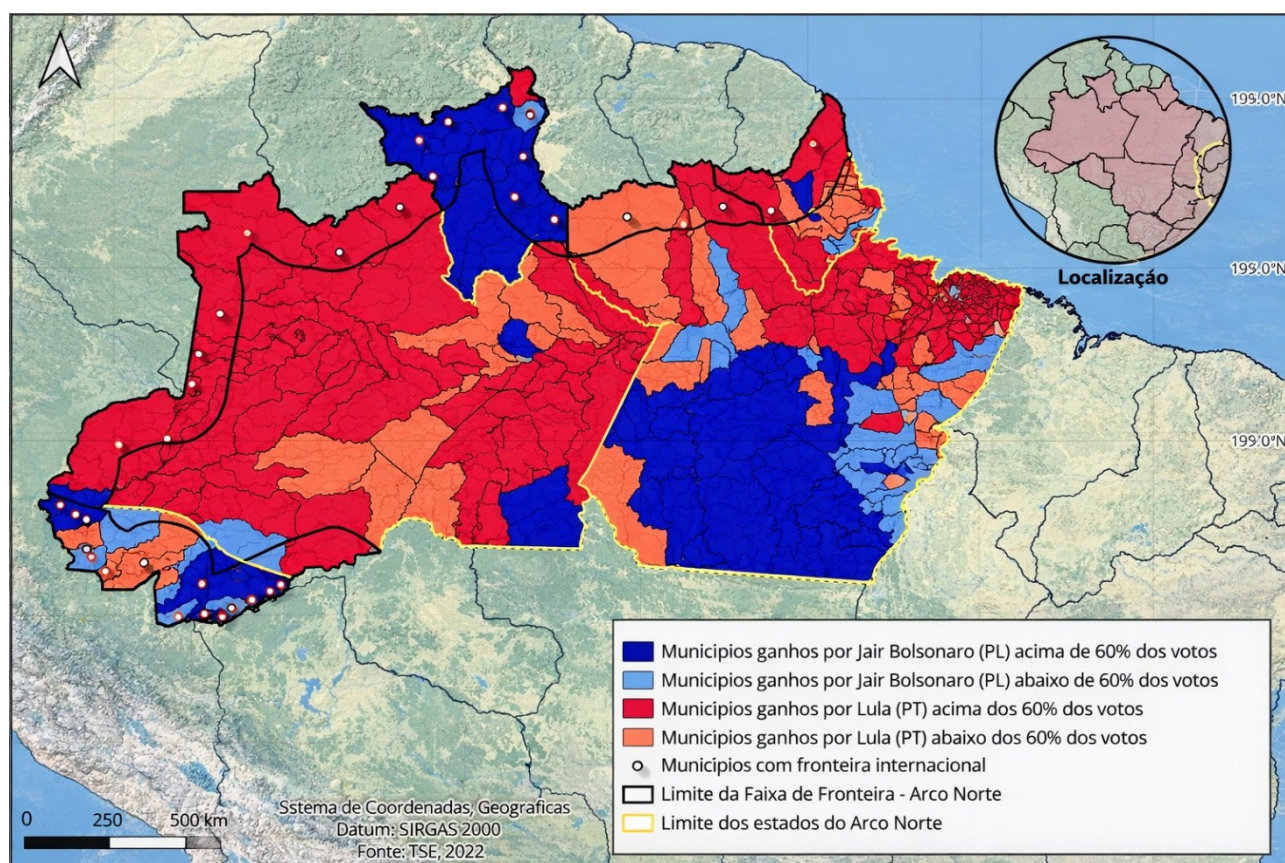


Figura 3 - Mapa do voto para presidente (2022) em escala municipal do Arco Norte.

Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

É importante salientar que o Arco Norte é uma região que historicamente fora mantida desconectada, desde a época do Império português com o intuito de facilitar a proteção da

localidade e dificultar invasões (Ruckert; Carneiro, 2018). Não é à toa a grande presença de Áreas de Proteção Ambiental, reservas indígenas e áreas de preservação funcionando como zonas-tampão, de acordo com o que diz o Programa de Desenvolvimento de Faixa de Fronteira “[...] o reconhecimento das terras indígenas e a criação de unidades de conservação atuam no sentido de estabilizar o povoamento e dificultar a entrada de frentes pioneiras internas e externas” (Brasil, 2005, p. 35).

Em contrapartida, os municípios fronteiriços do Arco Norte e seus vizinhos contíguos são aqueles com menor densidade populacional, além de os menores valores de PIB per capita e menor percentagem de idosos por município. Ademais, “PCTINDcens” chamou atenção, visto que quanto maior a presença de indígenas em uma cidade, maior força o candidato Lula da Silva tinha: ou ele ganhava com grande margem de votos, ou perdia com uma diferença muito menor de votos do que em lugares que a população indígena era menos expressiva. Assim, os municípios de Uiramutã (RR), com 94,45%, Barcelos (AM), com 52,39% e Santa Izabel do Rio Negro (AM), com 84,83% de residentes indígenas, e suas respectivas votações, mostraram vitórias massivas do candidato petista com 68,2%, 65% e 73,94% dos votos. O primeiro caso chama mais atenção especialmente porque, em contraste, todo o resto do estado de Roraima teve votação ampla para o outro candidato, Jair Bolsonaro.

No processo de coleta dos dados, algumas variáveis demonstram grande força de influência eleitoral. Dentre essas variáveis, a que é mais notória foi o “DESEMPxx”, que em alguns lugares constatava-se que 99,3% da população estava em situação de desemprego, como o caso de Ipixuna (AM). Há entre as cidades fronteiriças e seus vizinhos contíguos 51 cidades com índice de desemprego igual ou maior a 90%, desses municípios, 46 se encontram no arco norte.

Desses estados, pode-se destacar o Acre, onde de 21 cidades, doze apresentam desemprego acima de 90% e dessas, dez votaram com predomínio no candidato do PL; Amazonas, que de 18 municípios analisados, somente quatro não apresentam desemprego igual ou acima de 90% e, nessas municipalidades, treze preferiram o candidato Lula da Silva; Pará que, de doze municípios destacados, metade apresenta desemprego alarmante, onde cinco dessas cidades optaram por Lula da Silva; e Roraima que, de 14 cidades em destaque, onze apresentam índices de desemprego igual ou acima dos 90% e, entre elas, dez deram vitória massiva de Jair Bolsonaro.

Quando se observa o mesmo mapeamento do voto, mas com municípios de fronteira no Arco Sul, observa-se que os municípios ligados diretamente ao Uruguai votam em sua

maioria no Lula da Silva e, quanto mais ao norte, a fronteira vai tornando-se cada vez mais azul (Figura 4). Ademais, é importante salientar que a fronteira Rio Grande do Sul-Uruguai foi a região onde as políticas de integração do Mercosul mais funcionaram (Brasil, 2005). As relações de fronteira entre Brasil e Paraguai são caracterizadas pelo desenvolvimento de uma economia informal relacionada ao tráfico e contrabando, o que pode explicar os municípios de fronteira mais ao norte do Arco Sul votarem em um candidato mais “linha dura” com questões fronteiriças (Brasil, 2005).

Ademais, é o arco com o PIB per capita mais alto se comparado com os outros, sendo a região com municípios com menor percentagem de residentes negros e indígenas. Além disso, há uma presença considerável de idosos nestes municípios caso comparado com os municípios fronteiriços de outros arcos, também sendo aquele com maior densidade populacional por município fronteiriço e seus vizinhos contíguos.

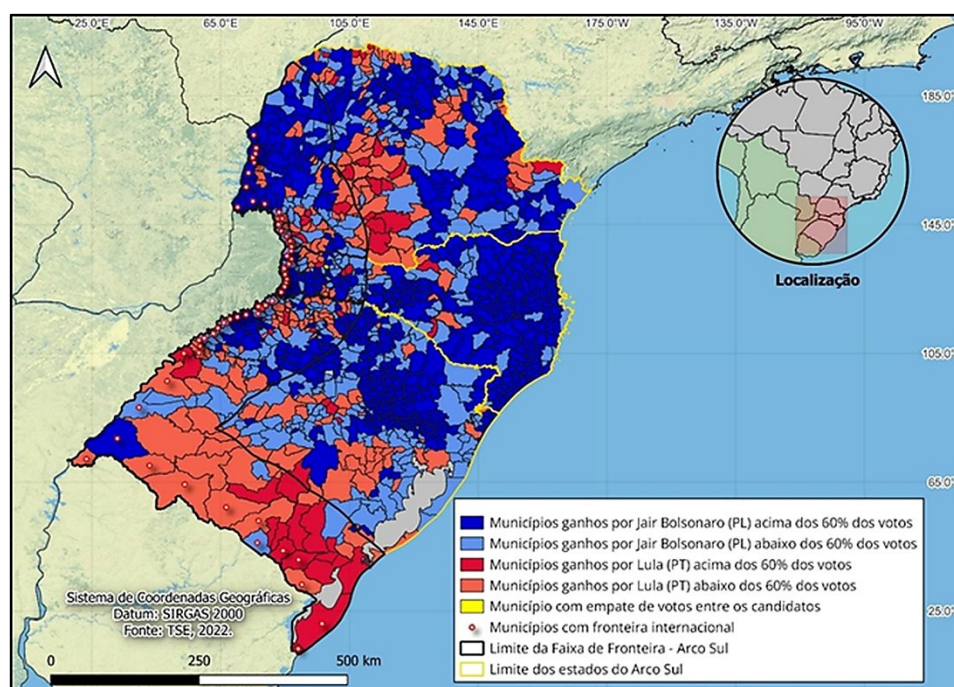


Figura 4 - Mapa do voto para presidente (2022) em escala municipal do Arco Sul.
Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

Ao que tende aos municípios diretamente ligados à fronteira do Arco Central, nota-se uma homogeneidade de votos no candidato Jair Bolsonaro (Figura 5). Como é possível notar, as relações com Paraguai e Bolívia desenvolvem uma economia informal na região associada ao tráfico de drogas, contrabando de produtos e armas, gerando atividades que colocam a vida dos moradores dessas municipalidades em risco (Brasil, 2005; Veras,

2016), o que pode apontar para uma maioria de votos em um candidato com pauta mais conhecida sobre segurança pública.

Ademais, caracteriza-se como uma zona de certo atrito entre Brasil e Bolívia visto que o complexo hidrelétrico do Rio Madeira, construído entre 2008 e 2016, fortaleceu uma visão de um Brasil imperialista em outros países, principalmente na Bolívia, onde se percebe massiva votação em Jair Bolsonaro por parte do estado de Rondônia (Vitte, 2018).

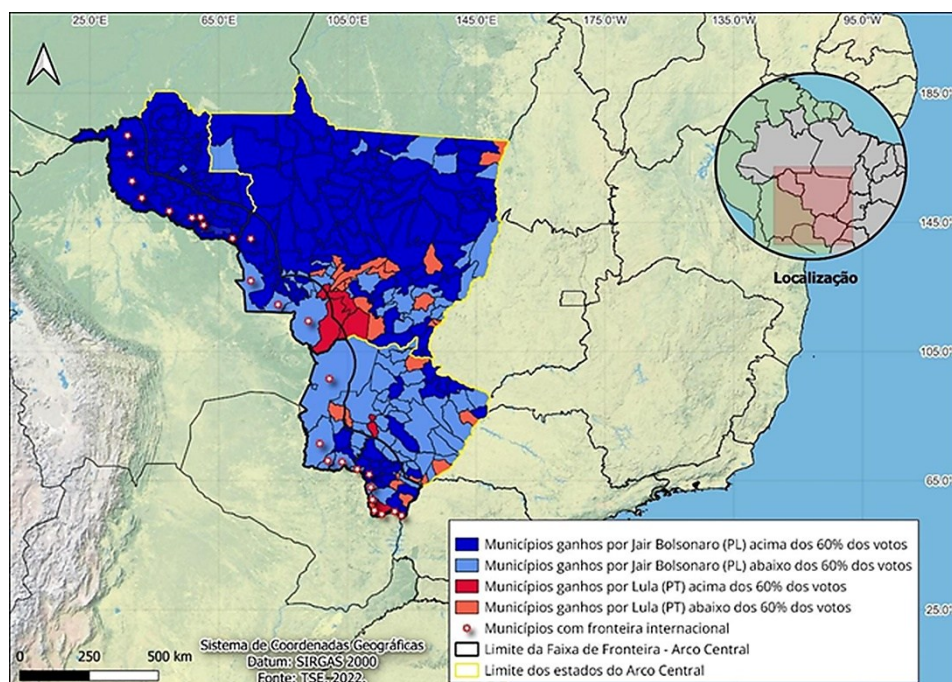


Figura 5 - Mapa do voto para presidente (2022) em escala municipal do Arco Sul.

Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

É interessante perceber que as fronteiras com maior fluidez não incentivadas pelo Estado são as localidades onde o efeito fronteira favoreceu positivamente Jair Messias Bolsonaro, até por que nessas áreas os dados mostram que são regiões com alto índice de violência, tornando-se mais propícias a serem impactadas por propostas relacionadas à segurança pública e controle dos limites, isto é, um apego às fronteiras e também sobre o gerenciamento dos limites que implementa procedimentos que facilitam a entrada de “uns” e dificulta para “outros” (Foucher, 2000; Newman, 2006a, 2006b).

5.1. Regressão Espacial

Com auxílio da plataforma digital GeoDa, realizou-se a regressão espacial dos municípios da fronteira brasileira para análise da existência ou não de um efeito fronteira, como apresentado no Quadro 1, a seguir.

Com um R quadrado de 0,653911, é possível dizer que há uma relevância estatística altamente explicativa, assim, infere-se que as variáveis adotadas para explicar o fenômeno do voto são suficientes. Seguindo a um olhar mais atento para as variáveis, percebe-se que DESEMP22, CRIME22, 65MAIS22, PCTINDcens e PCTNEGcens (destacadas de verde) são variáveis com valores de coeficiente (coefficient) positivos, enquanto LIMITE1 e DENS22 (destacadas em vermelho), com valores negativos, não possuem tanta força sobre o voto. Por conseguinte, os valores positivos significam que essas variáveis possuem uma força maior para influenciar o eleitor na hora de decidir seu voto para presidente.

Quadro 1: Resultados da regressão espacial inspirada na metodologia de Adkisson e Saucedo (2011).

REGRESSÃO ESPACIAL				
SUMMARY OF OUTPUT: SPATIAL LAG MODEL - MAXIMUM LIKELIHOOD ESTIMATION				
Data set: Shp_Fronteira_2 Spatial Weight: Shp_Fronteira_2				
Dependent Variable: DEMMARG22		Number of Observations: 239 Mean		
dependent var: -0,12655		Number of Variables: 9		
S.D. dependent var: 0,307114		Degrees of Freedom: 230 Lag coeff.		
(Rho): 0,690939				
R-squared: 0,653911		Log likelihood: 49,6112		
Sq. Correlation: -		Akaike info criterion: -81,2224		
Sigma-square: 0,0326428		Schwarz criterion: -49,9343		
S.E of regression: 0,180673				
Variable	Coefficient	Std.Error	z-value	Probability
DEMMARGxx	0,690939	0,0404466	17,0828	0,00000
Constant	-0,445075	0,103197	-4,31287	0,00002
LIMITE1	-0,0234014	0,0242254	-0,965985	0,33405
DESEMP22	0,340869	0,11463	2,97365	0,00294
CRIME22	18,0415	43,4715	0,41502	0,67813
65MAIS22	0,921546	0,266606	3,45659	0,00055
PCTINDcens	0,463481	0,0909271	5,09728	0,00000
PCTNEGcens	0,142128	0,180316	0,788215	0,43057
DENS22	-0,000141287	0,000331914	-0,425674	0,67035
REGRESSION DIAGNOSTICS DIAGNOSTICS FOR				
HETEROSKEDASTICITY RANDOM COEFFICIENTS				
TEST	DF	VALUE	PROB	
Breusch-Pagan test	7	12,8499	0,07585	
DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE				
SPATIAL LAG DEPENDENCE FOR WEIGHT MATRIX: Shp_Fronteira_2 TEST DF				
		VALUE	PROB	
Likelihood Ratio Test	1	153,9084	0,00000	
=====			END	OF
=====				REPORT

Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

Nota-se, também, que outras variáveis têm maior força explicativa para o fenômeno do voto em cidades de fronteira do que a proximidade (onde). Esses dados indicam que, nessa análise geral realizada, não é possível afirmar que haja um efeito fronteira no Brasil

como um todo, especialmente nas eleições presidenciais de 2022, como se observou nos trabalhos de Adkisson e Peach (1999) e Adkisson e Saucedo (2011).

Todavia, se, por um lado, nossa pesquisa não confirma o mesmo resultado encontrado na dinâmica fronteira estadunidense e mexicana, por outro, os resultados suscitam levantamentos importantes sobre as profundas diferenças entre as fronteiras dos Estados em questão, visto que a análise de Adkisson e Peach (1999) e Adkisson e Saucedo (2011) lida com apenas uma região fronteira bastante homogênea em toda sua extensão, enquanto o Brasil faz fronteira com dez nacionalidades diferentes, tornando a fronteira brasileira mais dinâmica e complexa que a norte americana.

Desta forma, a partir da regressão espacial geral aplicada a este estudo pode-se rechaçar a hipótese 3, ou seja, não haveria, para toda a região fronteira, efeito fronteira que influenciaria o voto em municípios colados a fronteira e seus vizinhos contíguos.

5.2. Efeito Moran Global e Local

Para início da análise do Efeito Moran, há o cálculo do Efeito Moran Global, no qual o valor obtido foi $I = 0,647$, o que indica que há uma alta correlação espacial, pois, além de ser positivo, é um valor próximo de 1. Ademais, deve-se salientar que a variável DEMMARG22 utiliza como base para calcular a diferença entre os candidatos o voto no Lula da Silva, assim locais com valores Alto-Alto (AA) indicam forte inclinação ao candidato do PT enquanto locais com muitos municípios com valores Baixo-Baixo (BB) indicam grande força do candidato Jair Bolsonaro nessas municipalidades.

O diagrama de dispersão (Figura 6) evidencia uma grande quantidade de municípios autocorrelacionados espacialmente com valores Alto-Alto (AA), como se vê no quadrante 1 (quadrante superior esquerdo), demonstrando que existem municípios próximos que, analisados a partir das variantes apresentadas nesse artigo, possuem um comportamento eleitoral similar. Por conseguinte, ao analisar novamente o Q1, percebe-se a presença de alguns outliers, ou seja, municípios em que o candidato Lula da Silva ganhou que são rodeados por municípios que o Jair Bolsonaro levou vantagem, como notado por meio de alguns pontos que se distanciam mais da reta.

Já analisando o quadrante 2 (Q2), evidenciam-se municípios que possuem valor do Efeito Moran negativo, o que revela a autocorrelação espacial negativa, pois há um agrupamento de valores Baixo-Baixo (BB), ou seja, nessas localidades, o comportamento eleitoral dos municípios fronteiros e de seus vizinhos são extremamente inclinados ao

candidato Jair Bolsonaro, como ficará mais claro nos mapas do Efeito Moran Local. Por conseguinte, ao contrário do que acontece com alguns municípios em que o Lula da Silva ganhou, a análise do Q2 leva a deduzir que não haveria praticamente a existência de outliers bolsonaristas, visto que os pontos estão em conjunto e próximos a reta.

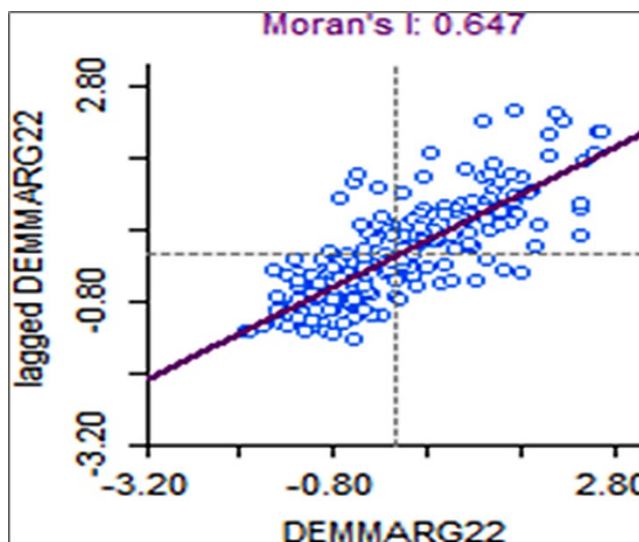


Figura 6 - Diagrama de dispersão de Moran Global.
Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

Já em relação ao Efeito Moran Local se faz a partir da representação de agrupamentos (Figura 7), representando o gráfico de dispersão, e do mapa de significância (Figura 8), onde pode-se identificar agrupamentos com valores similares (agrupamentos AA ou BB), respectivamente.

Como observado na representação do agrupamento de Moran local, tem-se três clusters que apresentam agrupamentos de caráter AA: dois localizados no Arco Norte, nos estados do Amazonas e Pará e um no Arco Sul, no estado do Rio Grande do Sul. No cluster presente no Arco Sul, por exemplo, observa-se valores AA, indicando alta correlação espacial, lembrando que, como dito por Carneiro, Ribeiro e Moraes (2024), é um local com incentivo estatal a favor da integração, ocorrido nos períodos de poder do Lula da Silva, o que corrobora com a hipótese 1 apresentada neste trabalho, demonstrando que a materialidade desses limites, expressa nas ações de integração fronteiriça, que geraram resultados positivos para os dois países, criaram uma conjuntura de fronteira que auxilia na compreensão da vitória eleitoral de Lula da Silva nesses municípios.

Os três clusters de valores BB estão presentes em estados do Arco Norte (Acre e Roraima) e Arco Central (Mato Grosso), coincidindo em estados de vitória em peso do

candidato Jair Bolsonaro, apresentando negativa correlação espacial entre si, corroborando a hipótese 2, pois, a partir da análise da Figura 7 e Figura 8, os municípios de estados que sofrem com a força da economia informal e com imigração não incentivada tem uma inclinação maior ao Jair Messias Bolsonaro. A partir disso, pode-se analisar o mapa de significância (Figura 8).

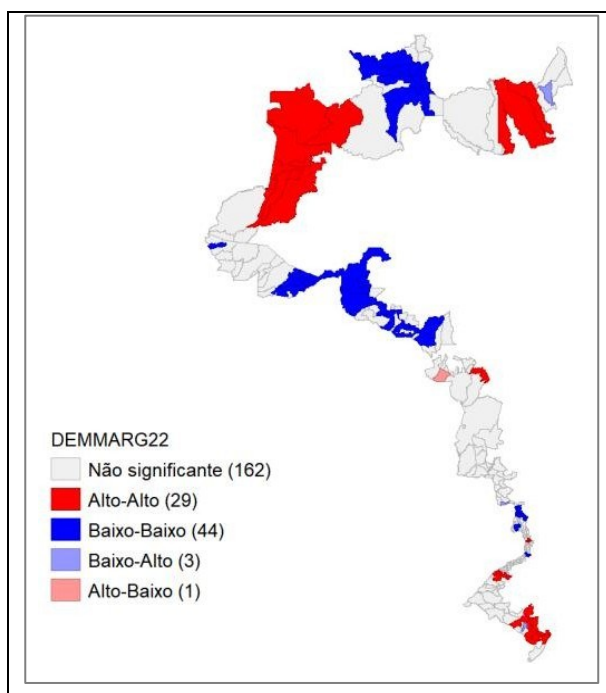


Figura 7 - Representação gráfico do agrupamento do Efeito Moran Local.
Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

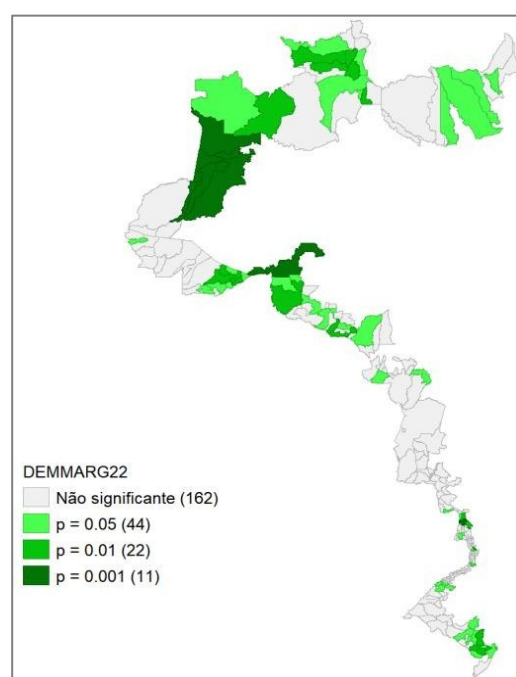


Figura 8 - Mapa de significância.
Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

Este mapa coincide em nível de significância com os clusters já observados na representação de agrupamentos, fortalecendo as hipóteses já vistas e corroboradas na Figura 7. Esses resultados reforçam as hipóteses 1 e 2, indicando que municípios mais integrados com seus vizinhos tendem a votar em Lula da Silva, enquanto os municípios Baixo-Baixo, impactados pela economia informal e imigração ilegal, geralmente votam em Jair Bolsonaro. Assim, a conexão entre os fatores geográficos e o comportamento eleitoral fica ainda mais clara.

A partir do que fora demonstrado acima, foi possível analisar a existência ou não do efeito fronteira em escala nacional, além de análises mais específicas de bolsões do voto tanto no candidato Jair Bolsonaro quanto no candidato Lula da Silva. Desta forma, as análises levaram a confirmar certas tendências observadas nas Figuras 2, 3 e 4, como por exemplo no Arco Norte, onde locais com fluidez não incentivada pelo Estado e influenciadas

pela economia informal se inclinam a votar no candidato Jair Bolsonaro, salientado pelo Efeito Moran Global/Local. Seguindo a mesma linha, confirmou-se a tendência de locais com fluidez incentivada pelo Estado, como a fronteira entre Brasil-Uruguai (Arco Sul), preferirem o candidato petista.

Ademais, a regressão espacial corroborou para confirmar a não existência de um efeito fronteira nacional, além de mostrar a força de variáveis como “DESEMPxx”, “CRIME22”, “65MAIS22”, “PCTINDcens”, “PCTNEGcens” em detrimento à variável “Limite1”. Por conseguinte, por mais que a regressão espacial tenha demonstrado que não há um efeito fronteira em escala nacional, o Efeito Moran Global/Local, a partir dos mapas de agrupamentos (Figura 7) e de significância mostram clusters que corroboram a hipótese 1 e hipótese 2, demonstrando a necessidade de mais pesquisas sobre este efeito no Brasil, mas em escalas menores.

Desta forma, a partir dos resultados apresentados acima, nota-se que, conjunturas de fronteira diferentes, ajudam a entender decisões eleitorais diferentes. Ademais, isso fica claro quando se observa que a conjuntura de fronteira que engloba locais com forte economia informal, com debilidade de segurança, com problemas migratórios e tráfico de drogas, escolhem em peso o candidato Jair Bolsonaro (hipótese 2), associado à pauta de controle de limites e fortalecimento militar das fronteiras brasileiras. Ao contrário da conjuntura de fronteira apresentada entre os municípios do Rio Grande Sul com o Uruguai, local com fluidez incentivada pelo Estado, com processos de integração bem-sucedidos e fortalecimento das relações bilaterais, que em peso votaram no candidato Lula da Silva (hipótese 1). Por conseguinte, entende-se que, a conjuntura de fronteira, para além de apresentar uma dinâmica cotidiana específica que influencia em várias áreas da vida dos residentes desses municípios fronteiriços, também afeta na sua decisão eleitoral.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a verificar a relação entre o “onde” dos municípios diretamente ligados à fronteira e o voto dos moradores dessas localidades nas eleições presidenciais do ano de 2022, especificamente o segundo turno, marcado por alto grau de polarização. Os discursos integracionistas ou isolacionistas dos candidatos poderiam ter impacto direto na decisão do eleitor dessas localidades, confirmando um efeito contextual sobre o voto. Entretanto, quando foi realizada a análise geral para toda a fronteira brasileira, a regressão espacial não demonstrou um efeito fronteira significativo.

Esses resultados poderiam nos levar a concluir que não existiria um efeito contextual no voto do cidadão fronteiriço. Porém, esse resultado precisa ser visto com cuidado, já que Adkisson e Peach (1999) e Adkisson e Saucedo (2011) analisaram somente uma fronteira (EUA-MEX) com características semelhantes em toda sua extensão, enquanto no presente trabalho a análise se estende para todas as fronteiras brasileiras e as dez nacionalidades vizinhas, o que torna a dinâmica dessas áreas mais plural e heterogênea.

Por essa razão, as análises produzidas a partir dos Efeito Moran global e local foram necessárias, a fim de tornar mais complexas as relações fronteiriças brasileiras. Nesse caso, interessantes resultados surgiram, como a presença de dois clusters bolsonaristas (locais com valor BB), localizados no arco norte (Roraima) e na extensão entre o arco norte e arco central (Acre, Rondônia e Mato Grosso), que coincidem com estados de vitória do candidato de direita e que são influenciados pela economia informal e pela onda migratória não incentivada pelo Estado. Além de 1 clusters lulista, mais exatamente no Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, exatamente onde ocorreram projetos de integração e fluidez incentivada pelo Estado de maior sucesso, em especial no período de Lula da Silva no poder.

Esta pesquisa sugere a importância de continuar e aprofundar as análises eleitorais fronteiriças, já que a complexidade da fronteira brasileira é evidente e outros métodos precisam ser utilizados em outras escalas ou até mesmo a partir de subdivisões regionais. Além do mais, o impacto de obras da era do Brasil como líder regional, sendo personificado por Lula da Silva e por empreiteiras brasileiras construindo em toda América do Sul, merecem uma atenção devido à mudança cotidiana que causaram na vida dos moradores dessas regiões, como por exemplo o corredor bio-oceânico Porto Alegre (RS) e Coquimbo (CHI) ou o complexo hidrelétrico do Rio Madeira.

Assim, deve-se considerar a importância das pesquisas qualitativas para este projeto, visando desbravamentos futuros, visto que metodologias quantitativas conseguem abarcar o escopo de generalizações, porém pecam na questão dos detalhes. Análises de clusters e outliers, enriquecerão mais a Geografia Eleitoral brasileira com a adoção de análises qualitativas que, para escalas menores, contribuem com grande relevância. Além do mais, faz-se necessário atenção sobre os arcos de fronteira e suas futuras atualizações visto que a proposta do grupo RETIS data de 2005, 20 anos atrás e pode passar por mudanças a qualquer momento.

Dessa maneira, é elucidado que a conjuntura de fronteira e sua pluralidade em toda a extensão da faixa de fronteira brasileira, gera influências diferentes para a decisão do

eleitor. O que ficou claro quando se observou duas conjunturas de fronteira diametralmente opostas, a primeira com locais que (afetados por economia informal, migração não incentivada pelo Estado, criminalidade e tráfico de drogas) suscitam espaços absolutos de tentativas de controle, espaços relativos de fluxos não desejados e espaços relacionais associados ao perigo e insegurança, preferindo um candidato com pautas isolacionistas e de maior militarização dos limites como Jair Bolsonaro.

A segunda conjuntura revelou locais com forte integração pautada pelo Estado e por políticas continentais (MERCOSUL), demonstrando preferências por Lula da Silva com pautas integracionistas, percebendo-se espaços absolutos que refletem, em sua materialidade a integração, espaços relativos onde o movimento é bem-vindo e incentivado e espaços relacionais de união. Por conseguinte, a conjuntura de fronteira mostra o caráter plural e multiescalar dos estudos da relação voto e fronteira, sendo necessária pesquisas futuras que, para além das análises qualitativas, englobem a perspectiva local em seu escopo.

REFERÊNCIAS

- ADKISSON, R. V.; PEACH, J. Voting for president: Elections along the U.S. Mexican Border. **Journal of Borderlands Studies**, v. 14, n. 2, p. 67-79, 1999.
- ADKISSON, R. V.; SAUCEDO, E. Voting for president in the U.S.–Mexico border region. **The Social Science Journal**, v. 48, n. 2, p. 273-282, 2011.
- ALMEIDA, E. Análise exploratória de dados espaciais. In: ALMEIDA, E. **Econometria espacial aplicada**. Campinas: Alínea, 2012. cap. 4. p. 101-146.
- AUDEMARD, J.; GOUARD, D. Friends, neighbors, and sponsors in the 2016 French primary election. Revisiting a classical hypothesis from aggregated-level data. **Political Geography**, v. 83, p.1-15, 2020.
- AZEVEDO, D. A. de. A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. e-204649, 2023.
- AZEVEDO, D. A. de; MEIRELES, B. L.; ALEGRIA, B. de O.; VIEIRA, F. S. Participação Eleitoral nas Eleições Municipais de 2016 e 2020 no Brasil. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 29, n. 1, p. 271-302, 2025.
- AZEVEDO, D. A. de; MEIRELES, B. L. Territorial and Electorate Size Influence: Participation/Competitiveness in Costa Rica's 2016 Local Scale Elections. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 30, n. 1, p. 25–44, 2021.
- BELLO, A. Polarização política dinâmica: evidências do brasil. **Opinião Pública**, v. 29, n. 1, p. 42-68, 2023.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. 2005. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional.

BRUNET-JAILLY, E. Theorizing Border: an interdisciplinary perspective. **Geopolitics**, Victoria, v. 4, n. 10, p. 633-649, 2005.

CARNEIRO, P. C. BRUHN M. M. O Brasil e a Integração sul-americana. In: RUCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). **Geografia política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 51-67.

CARNEIRO, C. P.; RIBEIRO, G. S.; MORAIS, L. E. P. de. Fronteira Brasil-Uruguai: interações espaciais, reivindicações territoriais e políticas públicas de desenvolvimento. **Confins**, v. 64, n. 3, p. 1-19, 2024.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política: território, escala de análise e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 300p.

COLLIGNON, S. SAJURIA, J. **Local means local, does it?** Regional identification and preferences for local candidates. *Electoral Studies*, 56, p.170-178, 2018.

COX, K. The voting decision in a spatial context. **Progress in Geography**, v.1, p. 83- 117, 1969.

DE SOUZA, E. B. C.; GEMELLI, V. TERRITÓRIO, REGIÃO E FRONTEIRA. Análise Geográfica Integrada da Fronteira Brasil/Paraguai. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 13, n. 2, p. 101-116, 2011.

DOBYSH, M. YATSENKO, B. Borders, Constituency Politics, and “Our Man” Voting in Electoral Geography of Ukraine. **Open Edition Journals**. Bélgica, p. 1-17. jan. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/belgeo/38851>. Acesso em: 01 nov. 2023.

FOUCHER, M. African Borders: putting paid to a myth. **Journal Of Borderlands Studies**, v. 35, n. 2, p. 287-306, 2019.

FOUCHER, M. Fronteiras: rejeição, apego, obsessão. In: AZEVEDO, D. A. de; NOGUEIRA, R. (org.). **Geografia Política: base conceitual e diversidade temática**. Brasília: Calíandra, 2023. Cap. 3. p. 66-74.

FOUCHER, M. The geopolitics of front lines and borderlines. **Geopolitics**, v. 5, n. 2, p. 159-170, 2000.

KEY, V. **Southern politics in state and nation**. New York: Alfred A. Knopf, 1949.

FUKS, M. MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2022.

GOMES, P. C. C. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem do mundo e o fim das ilusões. In: GOMES, P. C. C.; CASTRO, I. E.; CORREA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. 1, p. 13-43.

GOTTMANN, J. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, v. 14, n. 3, p. 29-47, 1975.

HASSNER, R. E.; WITTENBERG, J. Barriers to Entry: who builds fortified boundaries and why?. **International Security**, v. 40, n. 1, p. 157-190, 2015.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Revista em Pauta**, v. 13, n. 35, p. 126-152, 2015.

LEMOES JÚNIOR, F. das C.; SILVA, P. F. da; SANTOS, T. P. dos. OS DESAFIOS DA MENTALIDADE CONJUNTA E DAS RELAÇÕES INTERAGÊNCIAS NO BRASIL: contribuições das operações ágata. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 83, p. 85-108, 2023.

MACHADO, J. MISKOLCI, R. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, n. 3, p. 945-970, 2019.

MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, T. M. (Org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB. p. 41-49. 1998.

MAIA, F. M. Guerra das Malvinas: uma visão sobre as fases do conflito. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 5-67, 2019.

MARTINS, L. T. **Eleições para Deputado Federal e Estadual na Fronteira Oeste em 2014: Uma análise comparativa da votação dos partidos**. 2016. 54 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Ciência Política) - Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2016.

MENDES, J. A. S. R.; DE MENEZES, F. B. B. Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “perigo estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 247, p. 302-321, 2019.

MENDIOLA, I. Geografías de Hostilidad y Hospitalidad en la Zona Fronteriza Del Bidasoa. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 29, n. 1, p. 53-75, 2025.

MOREIRA, D. S. O. As Semelhanças Entre os Governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019) | The Similarity Between The Governments Temer and Bolsonaro In Foreign Policy (2016-2019). **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, p. e47941-e47941, 2020.

NAGY, A. de.; THAL, F. Geografia das eleições de 2022: o Brasil cortado em quatro, **Confins**, v. 57; 2022.

NAVIA, A. F.; HAMID, S. C.; MUNEM, B. M. Categorizando e gerindo pessoas em trânsito. In: NAVIA, A. F.; HAMID, S. C.; MUNEM, B. M.; GOMES, C. P. (org.). **Pessoas em movimento**: práticas de gestão, categorias de direito e agências. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019. Cap. 1. p. 9-28.

NEWMAN, D. Borders and Bordering. **European Journal of Social Theory**, v. 9, n. 2, p. 171-186, 2006a.

NEWMAN, D. The lines that continue to separate us: borders in our 'borderless' world. **Progress In Human Geography**, v. 30, n. 2, p. 143-161, 2006b.

O'DOWD, L. From a 'Borderless World' to a 'World of Borders': bringing history back in. **Environment And Planning D: Society and Space**, v. 28, n. 6, p. 1031-1050, dez. 2010..

OLIVEIRA, G. R. **O narcotráfico na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru e a segurança regional**: um estudo comparativo das políticas adotadas nos governos Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2022). 2024. 71 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2024.

PAASI, A. Generations and the 'Development' of Border Studies. **Geopolitics**, v. 10, n. 4, p. 663-671, 2005.

ROSIÈRE, S. Mundialização e teicopolíticas: análise do fechamento contemporâneo das fronteiras internacionais. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 2, n. 42, p. 369-388, 2015.

RUCKERT, A. A. CARNEIRO, P. C. Políticas territoriais na América do Sul: infraestruturas de conexão e repercussões em regiões periféricas. In: RUCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). **Geografia política, Geopolítica e Gestão do Território**: integração sul-americana e regiões periféricas. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 51-67.

SANTOS, G. El Plan Nacional de Frontera en Brasil: ¿Un nuevo proceso de militarización?. **Revista Latinoamericana de Derechos Humanos**, p. 187–197, 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002. 190p.

SAWICKA, M. Regional identities and roles of the state in populist rhetoric. The cases of Brazil and Poland. **Sociedade e Estado**, v. 39, n. 1, p. 1-27, 2024.

SCHERMA, M. A. Políticas de defesa e segurança para as fronteiras nos governos Lula e Dilma. 2016.

SIEGFRIED, A. Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République. **Universite de Bruxelles**, 2010 [1913].

SILVA, M. V. G. da. A disputa por Essequibo: perspectivas e impactos de um potencial conflito na América do Sul. **Revista de Segurança, Desenvolvimento e Defesa**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 8-31, 2024.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CÔRREA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-117.

SPARKE, M. B. A neoliberal nexus: economy, security and the biopolitics of citizenship on the border. **Political Geography**, v. 25, n. 2, p. 151-180, 2006.

VERAS, A. B. Fatores determinantes da dependência de crack na tríplice fronteira – Brasil, Bolívia e Paraguai. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, n. 1, 2016.

VITTE, C. de C. S. Integração da infraestrutura produtiva na América do Sul sob a coordenação do Cosiplan/Unasul: financiamento e planejamento territorial. In: RUCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). **Geografia política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 51-67.

ZOLNERKEVIC, A. A influência da geografia no comportamento eleitoral: contexto social de vizinhança. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 63, n. 2, p. 110-121, 2019.

Recebido: 11/07/2025
Aceito: 17/11/2025